

LIÇÃO 4

AS LEIS DE PURIFICAÇÃO

TEXTO ÁUREO: “E Deus, que conhece os corações, lhes deu testemunho, dando-lhes o Espírito Santo, assim como também a nós; e não fez diferença alguma entre eles e nós, purificando os seus corações pela fé” (At 15.8-9).

LEITURA BÍBLICA: LEVÍTICO 11.1-8

INTRODUÇÃO

Avançando no estudo das ordenanças levíticas, na presente lição procuraremos esclarecer o sentido geral das leis de purificação apresentadas nos capítulos 11 a 15. Como temos feito nas lições anteriores, não nos deteremos nos detalhes das proibições e dos ritos, pois o nosso propósito é compreender a mensagem espiritual das formas exteriores – mensagem essa que faz destes capítulos uma porção da Escritura realmente edificante para a igreja atual assim como o foi para o antigo Israel.

I – A LEI DOS ANIMAIS PUROS E IMPUROS (LV 11)

Recordando um conceito já explicado em lições anteriores, através das ordenanças levíticas, o Senhor visava não apenas proclamar a Sua inefável santidade, mas também tornar o povo participante dessa virtude divina. A presente seção do livro de Levítico, em particular, pode ser considerada um verdadeiro compêndio de *instrução prática* para o povo, pois aqui o Senhor os ensina a diferenciarem o *santo* do *comum e profano* através de circunstâncias exteriores que, em si mesmas, são indiferentes, como a *alimentação*, a *concepção*, as *doenças* e até situações consideradas *tabus* pelos povos antigos; mas, a partir de uma atitude diferenciada em relação a esses hábitos, os israelitas demonstrariam sua separação dentre todos os povos – o que, por sua vez, exaltaria a santidade do Deus de Israel (Lv 11.44-47; Dt 4.8).

Começamos então com os critérios definidos pelo Senhor para distinção dos animais *puros* – aqueles que podiam servir de alimento – e *impuros*. Essa distinção existia muito tempo antes da lei, e se aplicava principalmente para fins dos sacrifícios e holocaustos oferecidos a Deus (Gn 7.1-2; 8.20; 9.1-4). Muitos questionam se os cristãos deveriam aderir a essa restrição alimentar, como o fazem ainda hoje os judeus – mesmo que apenas para fins de evitar a ingestão de carnes que poderiam trazer mais malefícios do que benefícios para a saúde. Quando a fé em Cristo Jesus começou a crescer entre os gentios – que não seguiam nenhuma restrição alimentar – os crentes de origem judaica se preocuparam com a questão, que foi tratada pelos apóstolos e anciãos em Jerusalém (At 15.28-29). Ali tão somente se recomendou que os gentios se abstivessem de comer *sangue*, *carnes de animais sufocados* e *alimentos oferecidos aos ídolos*. Uma das razões que poderíamos citar é porque, sob a revelação do evangelho, sabemos que tudo o que Deus criou é bom, nada havendo intrinsecamente *mau*, e que tanto a *pureza* como a *impureza* procedem na verdade do coração, de uma consciência purificada pela fé ou contaminada pelo pecado, respectivamente (cf. Rm 14.1-3, 14 e 20; Tt 1.15; Mt 15.17-20).

Outro aspecto a considerar é que a distinção de alimentos sob a ordem levítica era transitória e prefigurava uma realidade espiritual que, juntamente com outras ordenanças rituais, se cumpriria na igreja (Cl 2.16-17). Essa realidade foi revelada a Pedro quando Deus lhe mostrou, no simbolismo dos animais impuros contidos num *vaso como um lençol limpo descido do céu*, que os gentios, até então estranhos e considerados indignos pelos israelitas de participarem da comunhão divina, haviam sido *purificados* – ou seja, chamados por Deus ao arrependimento e à vida eterna (At 11.5-10).

II – A LEI DA MULHER APÓS O PARTO (LV 12)

Chegamos ao capítulo mais breve desta seção, mas não menos intrigante. Diferente da lei dos alimentos puros e impuros, onde o israelita era ordenado a seguir a pureza e proibido de se contaminar, aqui temos o primeiro caso em que a fraqueza humana ficaria demonstrada por circunstâncias em que seria impossível ao homem (ou melhor, neste caso, a mulher) *não se contaminar*. A mulher teria filhos e, visando instruir o Seu povo, o Senhor faz da concepção e da perda de sangue a ela associada um memorial da fraqueza humana, cuja descendência vem ao mundo sob uma condição pecaminosa, ou seja, de *impureza* (Rm 5.12; Sl 51.5). Em outras palavras, a concepção perpetua a descendência caída e impura dos filhos de Adão. A mulher seria lembrada disto toda vez que concebesse e deveria então oferecer sacrifício pela expiação do pecado em memória da sua impureza *ritual*, e não porque a concepção fosse intrinsecamente pecaminosa (cf. 1 Tm 2.14-15). Notemos também que esta lição devia ficar profundamente gravada no coração da mãe, ao considerar o confinamento e isolamento do santuário imposto até que ela se purificasse.

III – A LEI DA LEPROA E DAQUELE QUE TEM FLUXO (LV 13-15)

Os capítulos 13 e 14 apresentam uma extensa e detalhada prescrição de como um indivíduo deveria ser examinado e acompanhado na piora ou recuperação da enfermidade visível na carne, chamada na Escritura de *lepra*. Tratava-se de uma enfermidade bastante agressiva, a ponto de poder contaminar vestes (Lv 13.47) e casas (Lv 14.34-35). Contudo, os critérios definidos por Deus não dispensavam o exame feito pelo *sacerdote*, ao qual era dada autoridade exclusiva para declarar alguém enfermo ou são; e notemos que o próprio Jesus, tendo curado um leproso, orientou-o a se apresentar ao sacerdote, a fim de obter o testemunho da lei em favor da cura (Mt 8.1-4). Essa enfermidade tornava o seu portador *impuro*, necessitando este de expiação pelo pecado – se ou quando, porventura, fosse curado – porque demonstravam a tendência persistente do pecado no homem, seu poder de se propagar e contaminar todos os aspectos da vida e, mesmo quando retrocede por um tempo, ser capaz de recrudescer (cf. Mt 26.41; Rm 7.8-11).

O capítulo 15 orienta os israelitas sobre como deveriam lidar com vários tipos de *fluxo* ou *fluidos* liberados pelo corpo, seja por razões de enfermidade ou por uma reação aparentemente natural do organismo. Seja como for, ou o que quer que diga a medicina moderna sobre tais situações, o fato é que esses fluxos representam a degeneração da natureza humana até em seu funcionamento fisiológico, levando ao esvaimento, ao desperdício de elementos que possuem valor *vital* (seja a *semente* ou o *sangue*), ao passo que deveriam ser preservados no corpo e cumprir sua finalidade. Com isto Deus também nos lembra que, como consequência do pecado, a vida humana está fadada a esvair-se num curto espaço de tempo, como uma rotura num vaso (cf. Gn 3.19; 2 Sm 14.14a; Ec 12.6-8).

CONCLUSÃO

Hoje entendemos que a verdadeira santidade não consiste em ordenanças exteriores, pois ela procede de um coração regenerado pelo Espírito de Deus, impondo-se sobre todos os pensamentos e, por consequência, sobre os hábitos e ações do ser humano. Por outro lado, assim como as leis de purificação, nossa luta diária contra o pecado até em nossos pensamentos nos lembra a fragilidade da condição humana e que, não fosse o poder de Deus para renovar a graça em nossos corações e a Sua misericórdia para nos perdoar, seríamos considerados sempre imundos aos Seus olhos.